

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PROJETO DE LEI Nº 5.297, DE 2019

Determina que as mamografias realizadas pelo Sistema Único de Saúde sejam disponibilizadas também no período noturno, ampliando o acesso para aqueles que trabalham em horário comercial e aumentando as chances de diagnóstico precoce.

Autora: Deputada LAURIETE

Relatora: Deputada ELCIONE BARBALHO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei que ora apreciamos determina que o Sistema Único de Saúde deve assegurar a toda a população brasileira a realização do exame de mamografia e disponibilizá-lo até às 22h00min, ampliando o horário de atendimento. Dispõe ainda o texto que as despesas decorrentes da execução dessa medida “correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário”.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O projeto de lei em tela aborda um tema de inegável importância: a necessidade de garantir amplo acesso da população ao exame de mamografia para a detecção precoce do câncer de mama, aumentando as chances de cura dos pacientes portadores da doença.



Esse tipo de câncer é o que mais atinge as mulheres e, realmente, a disponibilização do exame de mamografia apenas durante o horário comercial dificulta o acesso de muitas pessoas a esse procedimento fundamental para detecção da doença. Contudo, a medida proposta no projeto apresenta vários problemas.

Primeiro, legislar sobre saúde é uma atribuição concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe à União apenas estabelecer normas gerais, conforme disposto na Constituição federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....
XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;
.....

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

Uma segunda questão é que o projeto impõe atribuição a um órgão do Poder Executivo ao ampliar seu horário de atendimento. Tal mudança da rotina administrativa e operacional das unidades de saúde em todo o país, exigiria, certamente, a contratação de novos profissionais com a criação de cargos no serviço público, tanto nas unidades federais do SUS quanto nas unidades públicas de saúde estaduais e municipais. Em âmbito federal, a “criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica” constitui matéria de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, II, ‘a’ da C.F.). Também não cabe impor tal medida aos estados pois estes têm competência para legislar sobre o funcionamento das suas próprias unidades de saúde. Além disso, a medida preconizada pelo presente projeto de lei exigiria aumento da despesa do Estado, contrariando o disposto na Emenda Constitucional nº 95 que veda a criação de novas despesas.

Finalmente, cabe ressaltar que as dificuldades enfrentadas pela população brasileira para ter acesso a exames, consultas e tratamentos de saúde em geral decorrem de problemas estruturais, e mesmo conjunturais, que vêm dificultando a ampliação geral de todos os serviços do SUS. A universalidade e integralidade da assistência de saúde são princípios reconhecidos pela Constituição brasileira e reafirmados na Lei Orgânica da



Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990). Sob o ponto de vista legal, portanto, as normas existentes já garantem a toda a população o acesso a qualquer tratamento, bem como o direito do cidadão de ausentar-se do trabalho para consultas e exames médicos. A efetivação desses direitos, contudo, exige investimento contínuo em saúde pública em todos os níveis de atendimento.

Considerando o exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.297/2019 que “Determina que as mamografias realizadas pelo Sistema Único de Saúde sejam disponibilizadas também no período noturno, ampliando o acesso para aqueles que trabalham em horário comercial e aumentando as chances de diagnóstico precoce”.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada ELCIONE BARBALHO
Relatora

2022-8179

